

OS PAIS DO LOGOS

RODRIGUES, Carla. **“Os pais do logos”**. Duas palavras para o feminino: hospitalidade e responsabilidade. Rio de Janeiro: NAU, 2013.

Othávio Bambino Ribeiro Silva*

A obra de Carla Rodrigues tem como primeiro capítulo “os pais do *logos*”, que introduz o livro com uma análise do pensamento de Jacques Derrida sobre a Desconstrução. A autora também enfatiza a questão da palavra escrita em contraposição à palavra falada e a questão de como o feminino se relaciona com a Desconstrução. A dificuldade de reunir vários tópicos é devida à complexidade e ao refinamento do próprio projeto da Desconstrução implícito na obra de Rodrigues, que aguça na sutileza da escrita as questões em torno à ausência de fundamento, os discursos de apropriação da verdade e da força, e o esfacelamento do sujeito contemporâneo.

Para falar sobre a Desconstrução é preciso retornar ao passado, buscar antigos conceitos historicamente formulados, para então se evidenciar ser impossível delimitar ou saber por onde começa o questionamento da existência do sujeito clássico. Simplesmente porque, ao fazer isso, se depara com uma série de feixes que se entrecruzam, apontando falhas e lacunas na edificação do próprio conceito e de seus atributos históricos. Esse conceito clássico de sujeito se torna, assim, insustentável, gerando rachaduras no edifício da metafísica ocidental.

Consequentemente, todos os autores críticos da metafísica foram acusados de terem destruído esse sujeito. As supostas consequências de tal acusação são o aumento da violência urbana, terrorismo, guerras étnicas, entre outros, pois não se pensa mais em identidade, mas sim em processos de identificação. Há também uma crítica à razão

* Graduando em Filosofia pela PUC Minas. Integrante do Grupo de Estudos sobre Simone de Beauvoir, coordenado pela Profa. Magda Guadalupe dos Santos (IFTDJ-PUCMINAS), desde 2013. Bolsista FIP/ PUC Minas de Pesquisa desde 2014.

universal, que, na prática, tem deixado fora do conceito clássico de sujeito mulheres, crianças, negros, índios e animais (DUQUE-ESTRADA, apud RODRIGUES, 2013, p.20).

Rodrigues analisa a existência de um apelo à volta do sujeito, mas não como o clássico e tradicional sujeito cartesiano. Um novo sujeito, desconstruído, que agora integraria todos, e não apenas o discurso falo-logo-fono-cêntrico. Essa forma de desconstrução se dá quando se percebe que um discurso não tem aqueles supostos fundamentos outrora exigidos tanto pela orla do discurso, quanto pela materialidade conceitual que deveria sustentá-lo; e vemos que, no campo do discurso, o que se tem é uma mera apropriação da verdade, principalmente através da força. O fundamento aqui não se funda por ser sólido, mas por ser forte. Este é o argumento místico da autoridade que Derrida busca em Pascal e Montaigne (RODRIGUES, 2013, p.21).

Analisando mais a fundo essa força, vê-se que a justiça tem com ela uma estreita relação. Rodrigues, mencionando Derrida, cita que a justiça sem a força é impotente e a força sem justiça torna-se tirânica. As leis, por exemplo, têm crédito não por serem justas, mas por serem leis, que utilizam da força para seu cumprimento. No final de tudo, a força é o que direciona o mundo. O mais forte sempre vence. Existe nisso tudo um fundamento místico da autoridade. Esse fundamento, por sua vez, é sustentado hoje apenas pelo costume. A autora cita o exemplo da Declaração de Independência dos Estados Unidos. Esta se funda a partir de assinaturas de homens que tinham certa importância em sua época (nenhuma mulher foi consultada). Aqui a assinatura representa a força, através da escrita. Este golpe de força cria uma ficção, pois a assinatura dá crédito a si mesma, criando nisso um suposto fundamento. Utilizando-se da força que detinham, esses homens instauraram algo, uma instituição, que, por sua vez, fundou o direito e as leis americanas. Esse exemplo deixa claro como a Desconstrução expõe as bases frágeis de quase tudo que conhecemos.

Essas bases, segundo Rodrigues, levam em consideração a existência de um significado transcendental, metafísico, que, em Derrida, é levado à crítica. Abre-se, pois, espaço para se interrogar esse significado transcendental, que vem servindo como sentido orientador e “sólido” fundamento do ideal de presença e verdade (RODRIGUES, 2012, p. 23).

A autora faz, no decorrer do texto, um estudo da palavra e seu significado. Ressalta que a palavra escrita seria apenas uma representação da fala e esta teria mais credibilidade,

pois o falante ali estaria presente. Porém, mostra como Derrida queria provar o contrário, expondo exemplos de palavras que foneticamente têm a mesma sonoridade e podem se confundir, mas na escrita se diferenciam, tendo assim, significados distintos, mostrando que a escrita pode ser superior à fala. O exemplo clássico é o termo *différance*, que Derrida desdobrará da diferença ôntico-ontológica de Heidegger. Se, no filósofo alemão, o rompimento da ligação entre *lógos* e *phoné* ainda não se apresentou, antes se sustenta na “voz do ser” (DERRIDA apud RODRIGUES, 2013, p.30), em Derrida o que se tem é o *rastro* enquanto “marca da ausência e da presença” (SPIVAK, apud RODRIGUES, 2013, p.30). Em Derrida há uma profunda análise de traços de escritura de uma época que se apagam conservando-se legíveis.

Nos rastros do sentido e, pois, no caminhar do texto, na passagem referente a “Theuth e Thamous”, a autora utiliza da análise de Derrida sobre “A farmácia de Platão” para analisar a palavra e seu significado. Utiliza-se a palavra *phármakon* para demonstrar que uma palavra pode ter mais de uma interpretação, seja como remédio, seja como veneno. Tanto por Theuth como por Thamous, trazidos dos diálogos platônicos, especialmente do *Fedro*, a palavra se vê dotada de um significado distinto, de oposição ou de suplemento. De fato, não existe a verdade absoluta de que o falo-logo-fono-centrismo acredita poder se apropriar (RODRIGUES, 2013, p. 39). O que se tem são evidências críticas de uma denúncia da ideologia da propriedade, da posse, da tentativa de se alcançar a coisa em si mesma, um pai que lhe dê o real significado.

Em “os arcontes”, a autora analisa com grande maestria o ideal de verdade da antiga Grécia, que nos lega uma leitura da *arkhé*, da origem, que se desdobra em *lógos* e em discurso. Da ligação entre *arkhé*, *arkheîn* e *arkhaîos*, tem-se a interpretação derridiana de arquivo, verdade e falocentrismo. O poder político também representava a lei e a casa dos arcontes era o lugar dos documentos oficiais. Os guardiões se responsabilizavam pela segurança dos documentos e também por sua possibilidade interpretativa. Interpretar os arquivos, em sua função “árquica” e, pois, patri-árquica traz em si o arcabouço da palavra paterna, das leis patriarcais de uma configuração ideal dotada de poder (DERRIDA, apud RODRIGUES, 2013, p.41). Nessa estrutura falocêntrica de guardar os arquivos, a lei e a verdade, evidencia-se uma violência fundadora própria do discurso que a estabelece e chancela em traços masculinos criticados pela desconstrução.

O árduo trabalho da desconstrução, no que se refere a inventar, renomear, dar esperanças, abrir espaços para a diferença e a alteridade, tornando possível rever o lugar do feminino na cultura, é o que nos propõe o texto de Carla Rodrigues. Em seu percurso de vasculhar, analisar velhos arquivos, apontar as incompletudes do ser e repensar o lugar do feminino nos limites da razão histórica, a autora nos aponta o sonho da incompletude, mas também o sonho de um novo esclarecimento emancipatório, na sua relação não violenta com a alteridade e singularidade.